



EDITAL Nº 001/2022 TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ CURSOS SOBRE “NOVA LEI DE LICITAÇÕES – LEI Nº 14.133/2021”.

Define normas para a realização do curso sobre a **“Nova Lei de Licitações – Lei Nº 14.133/2021”**, a ser realizado através da EMAP – Escola Municipal de Administração Pública, em parceria com a EGEM – Escola de Gestão Pública Municipal, destinado aos Servidores Públicos do quadro de Pessoal da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Navegantes, Santa Catarina e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO DE GESTÃO E CONTROLE** do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, na forma do artigo 7º da Lei Municipal n. 3019 de 18 de agosto de 2015, torna público que fará realizar o curso sobre **“Nova Lei de Licitações – Lei Nº 14.133/2021”**, evento de Cooperação entre Prefeitura de Navegantes e a Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM), destinado a os Servidores Públicos do quadro de Pessoal da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Navegantes, com o objetivo de capacitar os agentes públicos de órgãos da administração direta e indireta e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislações vigentes.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Curso sobre a **“Nova Lei de Licitações – Lei Nº 14.133/2021”**, será realizado pela EMAP – Escola Municipal de Administração Pública, instituída pela Lei n. 3019 de 18 de Agosto de 2015, e Regulamentada pelo Decreto n. 515 de 30 de novembro de 2015, através do Palestrante **Carlos Villela** (Professor de Graduação e Pós Graduação nos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis), sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão e Controle, com a participação da Comissão de Extensão e Qualificação, nomeada pelo Decreto Número 351 de 26 de novembro de 2021.





2 DO LOCAL

2.1 O Curso “**Nova Lei de Licitações – Lei Nº 14.133/2021**”, realizar-se-á nos dias 24, 25 e 26/01/2022, das 08:00hs às 12:00hs e das 13:30hs às 17:30hs e acontecerá presencialmente no auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes.

3 DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições foram realizadas pela Comissão de Extensão e Qualificação conforme a relação de servidores indicados pelos secretários das respectivas pastas de acordo com o quantitativo abaixo por Órgão/Setor:

Órgão/Setor	Número de Servidores
DEPART. COMPRAS	14
DEPART. COMPRAS - RH	1
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2
SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE	3
PROCURADORIA	12
SECRETARIA DE OBRAS	3
SECRETARIA DE SAÚDE	2
SESAN	3
Total	40

4 DAS VAGAS

4.1 Foi contratado o curso/treinamento para 40 (quarenta) servidores.

5 DA CERTIFICAÇÃO

5.1 Todos os participantes terão direito a certificação que, comprovadamente através da lista de presença o qual será disponibilizada em cada período do treinamento, tiverem a frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

6 DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

6.1 Do conteúdo programático do Curso consta:

6.2 Introdução: regras de transição entre as Leis atual e nova





6.3 Dos Agentes Públicos: Agente de contratação; Pregoeiro e eventual assessoramento de empresa/profissional;

6.4 Do Processo Licitatório: Modalidades licitatórias Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e Diálogo competitivo. Critérios de julgamento. As novas fases dos certames. Licitações no formato eletrônico. Impedidos de contratar com o Poder Público.

6.5 Aspectos inerentes ao planejamento das contratações. O plano de contratações anual, Novas diretrizes para a realização de pesquisa de mercado, Hipótese de dispensa de projeto básico, O processo de padronização de objetos x amostras. Os serviços terceirizados e vedações legais. Critério de reajustamento de preços de serviços contínuos

6.6 Do Parecer Jurídico: Aprovação ou desaprovação da contratação pelo assessor jurídico. Natureza do vínculo do assessor jurídico.

6.7 Da Publicidade dos Editais: Quais os novos meios e prazos de divulgação dos editais de licitação. O Portal Nacional de Contratações Públicas.

6.8 Das Propostas e dos Lances: Modos de disputa aberto x fechado. Análise apenas da proposta mais bem classificada. Exequibilidade. Critérios de desempate.

6.9 Da Habilitação: Declarações obrigatórias a serem exigidas dos licitantes, habilitação por processo eletrônico. Apresentação, substituição e dispensa dos documentos de habilitação. Visita técnica. Qualificação técnico-profissional. Habilitação fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira

6.10 Encerramento da Licitação. Possibilidade de saneamento de irregularidades identificadas antes da homologação. Atos que a autoridade superior poderá praticar nessa fase.

6.11 Da Contratação Direta. Instrução do processo de contratação direta. Hipóteses de inexigibilidade de licitação. Hipóteses de dispensa licitação. Novos limites. Requisitos da emergência. Cômputo do limite legal. Manutenção veicular.

6.12 Dos Instrumentos Auxiliares. Credenciamento. Pré-qualificação e o procedimento de manifestação de interesse. Novidades trazidas ao sistema de registro de preços. Cadastro de fornecedores

6.13 Dos Contratos Administrativos. Cláusulas necessárias. Hipóteses de dispensa do contrato. Critérios de reajustamento de preços. Publicação dos contratos e seus aditamentos. Garantia





contratual. Alocação de riscos. Novas regras de vigência dos contratos e suas exceções. Responsabilidade pelos encargos, por regra, exclusiva do contratado. Regras de subcontratação. Alterações dos contratos. Limites de alteração. Reequilíbrio econômico-financeiro. Alterações em obras. Repactuação em serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Hipóteses de alteração por simples apostila. Hipóteses de extinção dos contratos. Formas de extinção. Unilateral. Consensual. Acordo entre as partes. Conciliação. Mediação. Comitê de resolução de disputas. Decisão arbitral. Nulidade e/ou irregularidades dos contratos. Infrações e Aplicação de Sanções.

6.14 Recebimento do objeto

6.15 Pagamentos. Possibilidade de alteração da ordem cronológica. Vedação, por regra, de pagamento antecipado.

6.16 Impugnações e pedidos de esclarecimentos

6.17 Recurso. Prazo. Hipóteses. Forma de apresentação. Julgamento único

6.18 Controle das contratações. Linhas de defesa. Suspensão cautelar do processo licitatório

6.19 Alterações legislativas. Código de Processo Civil – prioridade de tramitação. Crimes - inclusão no Título XI da parte Especial do Código Penal, o Capítulo II-B, destinado aos crimes praticados em licitações e contratos Administrativos.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Maiores informações poderão ser obtidas através do acesso ao <https://www.navegantes.sc.gov.br/escola-municipal-de-administracao-publica>, ou através do e-mail: emap@navegantes.sc.gov.br, pelo telefone (47) 3342-9583, ou ainda presencialmente na Secretaria de Gestão e Controle, que funciona no segundo piso do Paço Municipal, situado à Rua João Emílio, nº 100, Centro, Navegantes-SC.

Navegantes (SC), 21 de janeiro de 2022.

Fernando Sedrez Silva

Secretário de Gestão e Controle



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"